

PORTARIA N° 184/2022

O Prefeito Municipal de Arenópolis Estado de Mato Grosso Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

CONCEDE

Férias Regulamentares, 15 (quinze) dias a servidora efetiva Sra. **Namibia Alves dos Santos**, brasileira, casada, gari, portadora do Rg. N° 1691328-0-SSP/MT e CPF. 020.545.021.03, residente e domiciliada nesta cidade, referente ao período aquisitivo de 2020/2021.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenópolis, ao 09º dia do mês de Agosto de 2022

EDERSON FIGUEIREDO**PREFEITO MUNICIPAL****PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO**

PORTARIA N° 185/2022

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO DE

PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE PMF EM VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ARENÓPOLIS/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, PREFEITO MUNICIPAL, DE ARENÓPOLIS - MT, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO.

RESOLVE:

ARTIGO 1º Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de

Arenópolis/MT, tornar público a APROVAÇÃO DE CONSERVAÇÃO E PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE PMF EM VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PE- LA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE PMF: ÁREA: 23.629,14 m²	Eduardo C. Shimba Jr. Engenheiro Civil CREA - 1215690975

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ARENÓPOLIS, AO 10 DIA DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2022.

ÉDERSON FIGUEIREDO

Prefeito Municipal

RICARDO MIRANDA DE SOUZA

Engenheiro Civil – Crea-MT 034514

**PORTARIA N° 186/2022**

O Prefeito Municipal de Arenópolis Estado de Mato Grosso Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

CONCEDE

Férias Regulamentares, a servidora efetiva Sra. **Alba Pires da Silva**,

diariomunicipal.org/mt/amm • www.amm.org.br

SSP/MT e CPF. 487.736.201.06, residente e domiciliada nesta cidade, referente ao período aquisitivo de 2019/2020.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenópolis, ao 11º dia do mês de Agosto de 2022

EDERSON FIGUEIREDO**PREFEITO MUNICIPAL****PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO**

PORTARIA N° 187/2022

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO DE

PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE PMF EM VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE ARENÓPOLIS/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, PREFEITO MUNICIPAL, DE ARENÓPOLIS - MT, NO USO E GOZO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO.

RESOLVE:

ARTIGO 1º Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de

Arenópolis/MT, tornar público a APROVAÇÃO DE CONSERVAÇÃO E PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE PMF EM VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO, conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PE- LA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE PMF: ÁREA: 23.629,14 m²	Eduardo C. Shimba Jr. Engenheiro Civil CREA - 1215690975

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

ARENÓPOLIS, AO 11 DIA DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2022.

ÉDERSON FIGUEIREDO

Prefeito Municipal

RICARDO MIRANDA DE SOUZA

Engenheiro Civil – Crea-MT 034514

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÓPOLIS
LEI MUNICIPAL N° 1.606 ATE 1.608/2022

LEI MUNICIPAL N° 1.606/2022

EMENTA: "Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentária –LDO, do Município de Arenópolis - MT, para o exercício de 2023 e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Arenópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e no art. 11 inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Arenópolis, as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício de 2023, compreendendo:

- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos Orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII - as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e captação de recursos;
- VIII - as disposições finais.

§ 1º. Integrarão esta lei os seguintes Anexos:

- I - Anexo de Metas e Prioridades;
 - II - Anexo de Metas Fiscais, composto de:
 - a) demonstrativo de metas anuais;
 - b) avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
 - c) demonstrativo das metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
 - d) evolução do patrimônio líquido nos três exercícios anteriores;
 - e) origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
 - f) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita;
 - g) demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado; e
 - III - Anexo de Riscos Fiscais, contendo Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências; e
 - IV - Demonstrativo de Obras em Andamento, em atendimento ao art. 45, parágrafo único, da Lei Complementar no 101/2000 - LRF.
- § 2º. Os Anexos previstos nos incisos II, III, serão apresentados em 10 dias após o protocolo do presente projeto.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas e as prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2023, que integra esta Lei, serão repassadas para o PPA 2022/2025, que terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício de 2023, dentro do prazo estabelecido pela Constituição Federal.

§ 1º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2023, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei (anexo I) a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º. As metas e prioridades de que trata o caput deste artigo poderão ser alteradas se, durante o período de apreciação da proposta orçamentária para 2023, surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público ou em decorrência de créditos adicionais ou extraordinários, ocorridos no último quadrimestre do exercício, conforme disposto no §2º do art.167daCF/88.

Art. 3º - Em conformidade com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e art. 11, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2023, são as constantes no Anexo I desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, mas não se constituem limites à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2023 será dada maior prioridade:

- II - ao atendimento integral à criança e ao adolescente;
- III - ao atendimento à sociedade em ações de saúde;
- IV - à austeridade na gestão dos recursos públicos;
- V - à promoção do desenvolvimento do ensino público;
- VI - à promoção do desenvolvimento econômico sustentável;
- VII - à promoção do desenvolvimento urbano;
- VIII - à promoção do desenvolvimento rural; e
- IX - à conservação e à revitalização do ambiente natural.

§ 2º - A execução das ações vinculadas às metas e prioridades do Anexo a que se refere o caput estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

Art. 4º - Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á, a contribuição de toda a sociedade num processo de democracia participativa, voluntária e universal, por meio dos Conselhos Municipais, sindicatos representantes de classes e comunidade em geral.

Parágrafo único. Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do art. 48 da Lei Complementar no 101/2000 - LRF.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - A Lei Orçamentária compor-se-á de:

- I - Orçamento Fiscal;
 - II - Orçamento da Seguridade Social;
- Art. 6º - O projeto de Lei orçamentária do Município de Arenópolis relativo ao exercício de 2023 deve assegurar os princípios de justiça social, de controle social e de transparência na elaboração e execução do Orçamento, observado o seguinte:
- I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões, bem como combater a exclusão social;
 - II - o princípio de controle social implica assegurar à todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento; e
 - III - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.
- Art. 7º - Para efeito desta lei entende-se por:

- I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;
- II - unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- III - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- IV - subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- V - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- VI - atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;

P_{cg} PMA
Rub 69
ef

VII - projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;

VIII - operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

IX – Categorias Econômicas: classificação da despesa quanto a sua finalidade se correntes ou de capital:

a) Despesas correntes: Classificam-se nesta categoria todas as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, (despesas de manutenção).

b) Despesas de Capital: Classificam-se nesta categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

X - modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários; tem por finalidade indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da federação e suas respectivas entidades;

XI – Grupos de natureza de despesas: a agregação de elementos de despesas que apresentam as mesmas características quanto ao objeto de gasto;

XII – Elemento de Despesa: tem por finalidade identificar os objetos de gasto, tais como vencimentos e vantagens fixas, juros, diárias, material de consumo, serviços de terceiros prestados sob qualquer forma, subvenções sociais, obras e instalações, equipamentos e material permanente, auxílios, amortizações e outros de que a administração pública se serve para a consecução de seus fins.

XIII - concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de créditos orçamentários; e

XIV - conveniente: o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social; e

XV - descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Os projetos, as atividades e as operações especiais serão desdobrados de acordo com o plano de trabalho das secretarias municipais de governo, priorizando as necessidades da comunidade.

§ 3º - Cada atividade, projeto e operação especial identificarão a função e a subfunção às quais se vinculam.

Art. 8º - As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos e atividades de modo a especificar a localização física integral ou parcial dos programas de governo.

Art. 9º - O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal até 30 de Agosto de 2022, nos termos do art. 132 da Lei Orgânica do Município de Arenópolis-MT, compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Autarquias

Art. 10 - O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, sub-elementos, e desdobramentos (identificados de uso) e a fonte de recursos.

§ 1º - As categorias econômicas estão assim detalhadas:

I - Despesas correntes - 3; e

II - Despesas de capital - 4.

§ 2º - Os grupos de natureza da despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV – investimentos - 4;

V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º - Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - transferências à União - 20;

II - transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;

III - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50;

IV – transferências a instituições privadas com fins lucrativos – 60; observado o disposto no capítulo V da Lei Complementar 101/2000.

V - transferências a consórcios públicos - 71;

VI - aplicações diretas - 90; e

VII - aplicação direta decorrente de operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - 91.

§ 4º - A especificação por elemento de despesa será apresentada por unidade orçamentária, facultando a utilização do sub-elemento e desdobramento da despesa quando da alocação dos recursos, obrigando-se apenas nos lançamentos de liquidação da despesa na execução do orçamento.

§ 5º - A Lei Orçamentária indicará as fontes de recursos regulamentadas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso – TCE/MT.

I - O Município poderá incluir, na Lei Orçamentária, outras fontes de recursos para atender às suas peculiaridades, além daquelas determinadas no § 5º deste artigo;

II - As fontes de recursos indicadas na Lei Orçamentária serão regulamentadas por decreto do Poder Executivo; e

III - Os recursos legalmente vinculados a finalidades específicas serão utilizados apenas para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 6º - As receitas oriundas de aplicações financeiras terão as mesmas fontes dos recursos originais.

§ 7º - Durante a execução orçamentária, as fontes de recursos previstas poderão ser alteradas ou novas poderão ser incluídas exclusivamente pela Secretaria Municipal de Gestão, mediante publicação em imprensa oficial do Município, com as devidas justificativas.

§ 8º - A reserva de contingência prevista no art. 41 desta Lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao an-

PMA
Pug
Rub
70
2

po de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

§ 9º - As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita, fontes de recursos e parcelas vinculadas.

Art. 11 - A alocação dos créditos orçamentários será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela execução das ações correspondentes, ficando proibida a consignação de recursos a título de transferência para unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social.

§ 1º - A vedação contida no art. 167, inciso VI, da Constituição, não impede, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, a descentralização de créditos orçamentários para execução de ações de responsabilidade da unidade orçamentária descentralizadora.

§ 2º - As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, ressalvado o disposto no § 1 deste artigo, serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação a que se refere o art. 10, § 3, desta Lei.

Art. 12 - A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

I - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e

II - ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

III - a alocação de recursos destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, criado pela Lei Municipal 934 de 23 de janeiro de 2007, de forma a evidenciar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020, da Lei nº 11.494, de 20 de Junho de 2007; e posteriores alterações legais; inclusive de recursos a título de contrapartida municipal, caso seja detectado déficit financeiro para atendimento do número integral de matrículas da educação infantil e educação de jovens e adultos do ensino fundamental.

IV - a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde criado pela Lei Municipal nº 669/1997 de 03 de abril de 1997, bem como das ações e serviços públicos de saúde de forma a evidenciar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;

V - a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social criado pela Lei Municipal nº 624 de 16 de Dezembro de 1994, cuja aplicação de recursos não é descentralizada, a contabilização distinta destes fundos far-se-á apenas para controle e fiscalização dos recursos.

VI - a alocação de recursos para a manutenção do Fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei Municipal nº 496 de 26 de Dezembro de 1990, e suas posteriores alterações, os quais serão aplicados de forma descentralizada, conforme previsão legal.

VII - alocação de recursos destinados ao Fundo Partilhado de Investimentos Sociais criado pela Lei Municipal nº 883 de 20 de Junho de 2005, a cuja aplicação dos recursos não é de forma descentralizada, e darão acesso a níveis mais dignos de subsistência aos munícipes, a contabilizarão distinta destes fundos far-se-á apenas para controle e fiscalização dos recursos.

VIII - a alocação de recursos destinados ao Salário Educação criado pelo FNDE, destinado a aplicação na manutenção do ensino básico no âmbito municipal, através de recursos recebidos fundo a fundo, com alocação de recursos na unidade orçamentária da Diretoria de Escolas.

IX - a alocação de recursos destinados ao Fundo Municipal de Habitação criado pela Lei Municipal nº. 950 de 07 de Agosto de 2007, destinado a aplicação na manutenção de programas habitacionais no âmbito municipal.

X - a pagamento de despesas custeio da polícia militar no município, a fim de fixar os agentes de segurança nesta localidade, como critério de custeio da polícia militar será adotado a manutenção do prédio da delegacia.

XI - a pagamento de despesa para manutenção da parceria entre o Município e a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, através de convênio, objetivando a manutenção do ensino básico de crianças especiais, conforme Lei Municipal nº 1230 de 22 de Julho de 2015;

XII - a pagamento de despesas de manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Médio Norte Matogrossense, como medida de atendimento ambulatorial, hospitalar e especializado, para os municípios, conforme Lei Municipal 751 de 28 de Março de 2001.

XIII - a alocação de recursos para manutenção do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, para realização de políticas sociais, ambientais, turísticas, e de economia sustentável no âmbito regional, conforme Lei Municipal 898 de 03 de outubro de 2005 e 996 de 27 de março de 2009.

XIV - a alocação de recursos para a manutenção e conservação do prédio onde funciona o Centro Integrado de Atendimento, e seus órgãos anexos.

XV - a alocação de recursos para pagamento de despesas de convênios e contratos de cooperação mutua, entre Banco do Brasil, SENAR, SEBRAE, EMPAER, Fundações e Outras instituições tecnológicas e de desenvolvimento social, com o objetivo de parcerias de cooperação técnica.

Parágrafo Único - Os recursos de que tratam o inciso III deste artigo, serão alocados em unidade orçamentária específica, e poderá somar valores a maior que a estimativa da receita a ser arrecadada em rubrica do FUNDEB, sempre que houver a necessidade de contrapartida municipal para manutenção das ações do FUNDO, conforme prevê os o artigo 60 ADCT da CF modificado pela Emenda constitucional nº 53 e o artigo 31 da Lei nº 11494/2007.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação municipal, estadual e federal, ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023 ao Poder Legislativo.

Art. 14. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III - anexo do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

IV - anexo do Orçamento de Investimento a que se refere o art. 165, § 5º, II, da Constituição Federal, na forma definida nesta lei; e

V - discriminação da legislação da receita e da despesa referentes ao Orçamento Fiscal.

§ 1º - Integrarão o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos no art. 22, III, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 15 - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - o comportamento da arrecadação do exercício anterior;

II - o demonstrativo dos gastos públicos, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;

III - a situação observada no exercício de 2022 em relação ao limite de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar no 101/2000 - LRF;

IV - o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e no desenvol-

Pc
Rub
PMA
71
ej

V - o demonstrativo do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000, que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde; e

VI - a discriminação da dívida pública total acumulada.

CAPÍTULO III

DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 16 - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de sete por cento, relativo ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no art. 153, § 5º, e nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal efetivamente realizado no exercício anterior.

§ 1º - O duodécimo devido à Câmara Municipal será repassado até o dia 20 de cada mês, sob pena de crime de responsabilidade do Prefeito do Município, conforme disposto no inciso II do § 2º do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) de sua receita (duodécimo), de acordo com o estabelecido no § 1º do art. 29-A da Constituição Federal.

Art. 17 - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 30 de julho do corrente ano, observadas as disposições desta Lei.

CAPÍTULO IV

DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I

Diretrizes Gerais

Art. 18 - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2023, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observado o princípio da publicidade e permitido o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integrarão a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º - Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, ao menos:

I - pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, os instrumentos de gestão previstos no caput do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

II - pelo Poder Executivo:

- a) a Lei Orçamentária Anual e seus anexos; e
- b) as alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais Especiais.

§ 2º - Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o caput deste artigo, o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, e Finanças do Município, deverá:

I - manter atualizado o endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no caput do art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF; e

II - Providenciar as medidas previstas no inciso II do § 1º deste artigo, a partir da execução da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2023 e nos prazos definidos pela LC nº 101/2000 - LRF.

Art. 19 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais,

trole dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Art. 20 - As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação, Fundos Municipais e serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de junho de 2022 e apresentadas à Secretaria Municipal de Fazenda até o dia 30 de julho de 2022 para fins de consolidação do projeto de Lei orçamentária.

Art. 21 - A lei orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

§ 1º - O disposto no "caput" deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por projeto adequadamente atendido aquele cujo recurso orçamentário alocado esteja compatível com os cronogramas físico-financeiros vigentes.

Art. 22 - É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Subseção I

Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art. 23 - A Lei Orçamentária de 2023 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham pelo menos um dos seguintes documentos:

- I - certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução no todo ou da parte não embargada; e
- II - certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos.

Art. 24 - A Procuradoria-Geral do Município encaminhará à Secretaria Municipal de Finanças, até 30 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 01 de julho de 2022 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2023 devidamente atualizados, conforme determinado pelo art. 100, § 1º, da Constituição Federal combinado com o Art.96 § único da Lei Orgânica Municipal, e discriminada conforme detalhamento constante do artigo 11 dessa lei, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV - enquadramento (alimentar ou não-alimentar);
- V - data da atuação do precatório;
- VI - nome do beneficiário;
- VII - valor do precatório a ser pago;
- VIII - data do trânsito em julgado; e
- IX - número da vara ou comarca de origem.

Parágrafo único. A atualização monetária dos precatórios determinada no art. 100, § 1º, da Constituição Federal e das parcelas resultantes observará, no exercício de 2023, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo.

Subseção II

Das Vedações e das Transferências para o Setor Privado

Art. 25 - É vedada a utilização de qualquer procedimento pelos ordenado-

Parágrafo Único - A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 26 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras; e

II - incluídas despesas a título de Investimentos - Regime de Execução Especial - ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal e no art. 139 § 2º e § 3º, da Lei Orgânica do Município.

Art. 27 - Na proposta orçamentária não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I - ações que não sejam de competência exclusiva do Município ou comuns ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação de o Município cooperar técnica e/ou financeiramente; e

II - clubes, associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres.

III - pagamento de diárias e passagens a servidores e empregados públicos da ativa por intermédio de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres firmados com entidades de direito privado ou com órgãos ou entidades de direito público, exceto quando se tratar de servidores e empregados:

a) pertencentes ao quadro de pessoal do conveniente; ou

b) em atividades de pesquisa científica e tecnológica ou constantes e correlatas ao plano de ação previsto em contrato de gestão.

VI - pagamento, a qualquer título a servidor público, da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços prestados, inclusive a título de consultoria, assistência técnica, ou semelhantes, à conta de quaisquer fontes de recursos, ressalvadas as situações previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição ou autorizadas por legislação específica;

§ 1º - Para atender ao disposto nos incisos I e II durante a execução orçamentária do exercício de 2023, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

§ 2º - Excetua-se do disposto no inciso II os projetos financiados pelo Fundo Especial de Incentivo a Projetos Esportivos e pelo Fundo Especial de Incentivo a Projetos Culturais.

Art. 28 - É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação, e desenvolvimento econômico, observado o disposto no art. 16 da Lei no 4.320, de 1964, e que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

II - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação especial, ou representativa da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais da educação básica;

III - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial;

IV - cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

VI - sejam qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, e que participem da execução de programas constantes do plano plurianual, devendo a destinação de recursos que guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

VII - consórcios públicos legalmente instituídos;

VIII - qualificadas ou registradas e credenciadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica com contrato de gestão firmado com órgãos públicos; ou

IX - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas de alto rendimento nas modalidades olímpicas e paraolímpicas, desde que formalizado instrumento jurídico adequado que garanta a disponibilização de espaço esportivo implantado para o desenvolvimento de programas governamentais, e demonstrada, pelo órgão concedente, a necessidade de tal destinação e sua imprescindibilidade, oportunidade e importância para o setor público.

§ 1º - Os repasses de recursos serão efetivados mediante convênios ou termos de cooperação técnica legalmente autorizados, conforme determinam o art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e o art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

§ 2º - É vedada a destinação de recursos a entidades privadas em que membros do Poder Legislativo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou respectivos cônjuges ou companheiros, sejam proprietários, controladores ou diretores.

Art. 29 - É vedada a inclusão, tanto na Lei Orçamentária quanto em seus Créditos Adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e auxílios, ressalvadas aquelas destinadas às entidades privadas com fins lucrativos cuja destinação de recursos seja para equalização de encargos financeiros ou de preços, e ou o pagamento de bonificações a produtores e vendedores, e a ajuda financeira, a qualquer título, a empresa com fins lucrativos ou a pessoas físicas, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º - ressalvadas ainda as empresas com fins lucrativos a título de incentivos, ambas amparadas por legislação municipal específica, que demonstrem efetivamente e eficazmente relevante benefício econômico e social para o Município.

§ 2º - Será mencionada na respectiva categoria de programação a legislação que autorizou o benefício.

Art. 30 - A Receita Total do Município prevista no Orçamento Fiscal será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I - custeio administrativo e operacional, inclusive de pessoal e encargos sociais;

II - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao ensino fundamental e à saúde;

III - garantia do cumprimento do disposto no art. 40 desta lei;

IV - contribuições do Município ao sistema de seguridade funcional, compreendendo os Planos de Previdência Social e de Assistência à Saúde, conforme legislação em vigor;

V - pagamento de amortização, juros e encargos da dívida;

VI - pagamento de sentenças judiciais;

VII - contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais e das operações de crédito; e

VIII - reserva de contingência, conforme especificado no art. 41 desta Lei.

Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades supracitadas e que poderá programar recursos para atender a novos investimentos.

Art. 31 - As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos

Art. 32 - O controle de custos e a avaliação de resultados previstos no art. 4º, inciso I, alínea "e", art. 50, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, serão realizados pela Controladoria-Geral do Município.

Subseção III

Das Transferências Voluntárias a outros entes da Federação

Art. 33 - As transferências voluntárias, conforme definidas no caput do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 2000, dependerão da comprovação, por parte do conveniente, até o ato da assinatura do instrumento de transferência, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária da União, Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 1º - A contrapartida será estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu Índice de Desenvolvimento Humano, adotando-se como limite mínimo e máximo, os percentuais e critérios previstos na LDO 2023 da União.

§ 2º - Sem prejuízo do disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, constitui exigência para o recebimento de transferências voluntárias a adoção, por parte do conveniente, dos procedimentos definidos pelo município relativos à aquisição de bens e à contratação de serviços, bem como à execução e ao controle do objeto do convênio ou similar.

§ 3º - A demonstração por parte dos outros entes federados, do cumprimento das exigências para a realização de transferência voluntária, deverá ser feita por meio de apresentação, ao órgão concedente, de documentação comprobatória da regularidade ou, a critério do beneficiário, de extrato emitido pelo subsistema Cadastro Único de exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios - CAUC do SIAFI.

§ 4º - O concedente comunicará ao conveniente e ao Chefe do Poder Executivo do ente receptor de recursos qualquer situação de não regularidade relativa à prestação de contas de convênios ou outras pendências de ordem técnica ou legal que motivem a suspensão ou o impedimento de liberação de recursos a título de transferências voluntárias, caso não seja objeto de regularização em um período de até 30 dias.

§ 5º - Nenhuma liberação de recursos nos termos desta Seção poderá ser efetuada sem a prévia observância da regularidade de que trata o parágrafo §3º deste artigo, sem prejuízo do disposto no § 3o do art. 25 da Lei Complementar no 101, de 2000.

§ 6º - A execução orçamentária e financeira, no exercício de 2023, das transferências voluntárias de recursos da União, cujos créditos orçamentários não identifiquem nominalmente a localidade beneficiada, inclusive aquelas destinadas genericamente a Estado, fica condicionada à prévia publicação, pelo concedente, em órgão oficial de imprensa e na internet, dos critérios de distribuição dos recursos. Nos empenhos da despesa, referentes a transferências voluntárias, constarão o Município e a unidade da Federação beneficiados pela aplicação dos recursos.

§ 7º - As transferências previstas nesta Seção serão classificadas, obrigatoriamente, nos elementos de despesa "41 - Contribuições", "42 - Auxílio" ou "43 - Subvenções Sociais" e poderão ser feitas de acordo com o disposto no art. 83 desta Lei.

§ 8º - É vedada a transferência de que trata esta Seção para Estados, Distrito Federal e Municípios que não cumpram os limites constitucionais de aplicação em educação e saúde, em atendimento ao disposto no art. 25, § 1º, inciso IV, alínea "b", da Lei Complementar no 101, de 2000, ressalvado o disposto no § 3º do referido artigo.

Art. 34 - Não se consideram como transferências voluntárias a destinação de recursos a União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a realização de ações cuja competência seja exclusiva da concedente, que tenham sido delegadas aos referidos entes da Federação com ônus para o Município, ou o bem gerado com a aplicação dos recursos incorpore ao patrimônio

Parágrafo único: Ressalvado o disposto no § 1º e § 7º do artigo 33, aplica-se, desta Lei, no que couber, as exigências desta Seção para a descentralização de créditos orçamentários, relativa a ações a que se refere o artigo 34.

SEÇÃO II

Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Art. 35 - O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado no Tesouro Municipal e fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos, Autarquias, Institutos, Fundação e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 36 - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Art. 37 - Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

- I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II - o aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício;
- III - as alterações tributárias; e
- IV - os objetos de convênios aguardando aprovação, a serem firmados pelo Poder Público Municipal com outros entes da federação.

Art. 38 - O Município aplicará, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal.

Art. 39 - O Município aplicará, no mínimo, 15% em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no art. 7º, inciso III, da Emenda Constitucional nº 29/2000 e no art. 77, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 40 - Do total das Receitas Correntes da Administração Direta serão aplicados no máximo 10% na Função Assistência Social incluindo as despesas que garantam os direitos das crianças e adolescentes no município.

Parágrafo único. A base de cálculo para aferir o percentual do caput será a receita efetivamente arrecadada nos últimos 12 meses, excluídas as Transferências de Convênios, acrescidas dos rendimentos financeiros.

Art. 41 - A Lei orçamentária conterà, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, será constituída, exclusivamente, de recursos do Orçamento Fiscal, equivalendo, no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, a no mínimo 0,15% (zero vírgula quinze por cento) e no máximo 2% (dois por cento) receita corrente líquida, cuja utilização dar-se-á nos termos do art. 91 do Decreto-Lei nº200, de 25 de fevereiro de 1967 (destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos).

§ 1º - Não será considerada, para os efeitos do caput deste artigo, a Reserva à conta de receitas vinculadas.

§ 2º - Caso não seja necessária a utilização da reserva de contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados ao reforço orçamentário.

Art. 42 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal e no art. 91, § 2º, da Lei Orgânica do Município, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 43 - Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Muni-

comprovada mediante prestação de contas à Controladoria-Geral do Município.

Art. 44 - Os recursos não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares, por ato do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 45 - Os recursos provenientes de superávit financeiro, apurado em Balanço Patrimonial por fontes de recursos, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, por ato do Chefe do Executivo Municipal.

SEÇÃO III

Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 46 - O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e obedecerá ao disposto nos arts. 167 inciso XI, 194, 196, 199, 201, 203 incisos I ao IV, 204 incisos I e II, e 212, § 4º, da Constituição Federal e arts. 169 a 170 da Lei Orgânica do Município e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição Federal, exceto a de que trata o art. 212, § 5º, e as destinadas por lei às despesas do orçamento fiscal;

II - do orçamento fiscal.

III - das demais receitas, inclusive próprias e vinculadas, de órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integram, exclusivamente, o Orçamento referido no caput.

Parágrafo único. Os recursos para atender às ações de que trata este artigo obedecerão aos valores estabelecidos no Orçamento Fiscal.

SEÇÃO IV

Das Alterações da Lei Orçamentária e da Execução Provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 47 - As fontes de recursos, sub-elementos e desdobramentos, constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados por meio de:

I - Decreto do Prefeito Municipal, para alterações ou remanejamento entre fontes de recursos de uma mesma natureza de despesa com mesmo elemento dentro no mesmo projeto/atividade (ação), vista as legislações em vigor;

II - Decreto do Prefeito Municipal, para alterações ou remanejamento entre elementos, sub-elementos e ou desdobramentos de um mesmo elemento de despesa dentro do mesmo projeto/atividade (ação), vista as legislações pertinentes à organização dos orçamentos em vigência.

§ 1º - Os remanejamentos e realocações de fontes de recursos a que se refere este artigo terão lançamentos contábeis com registro de Decretos e / ou Termo de Realocação de Recursos não caracterizando crédito adicional no orçamento do município.

§ 2º - As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados em Legislações específicas.

Art. 48 - Os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo a Câmara Municipal, também em meio magnético.

§ 1º - O disposto no caput deste artigo não se aplica quando a abertura do crédito for necessária para atender as despesas obrigatórias de caráter constitucional ou legal, desde que tenha dispositivo que os autorize na Lei orçamentária.

§ 2º - Acompanharão os Projetos de Lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivos subtítulos e metas.

§ 3º - Cada Projeto de Lei e a respectiva Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no art. 41, incisos I e II, da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 4º - Para fins do disposto no art. 165, § 8º, da Constituição, e no § 6º deste artigo, considera-se crédito suplementar a criação de grupo de natureza de despesa em subtítulo existente.

§ 5º - Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da Lei Orçamentária de 2022, ou a evidenciação de recursos vinculados com eminente crédito em favor do Município.

§ 6º - Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2022, por fonte de recursos;

II - créditos reabertos no exercício de 2023 e seus efeitos sobre o superávit referido no inciso I deste parágrafo; e

III - valores do superávit financeiro já utilizado para fins de abertura de créditos adicionais, detalhando-os por projeto de lei em tramitação no Câmara Municipal, inclusive o ato a que se referir a exposição de motivos, demonstrando-se o saldo do superávit financeiro do exercício de 2022 por fonte de recursos.

§ 7º - Os Projetos de Lei e ou Decretos relativos a créditos adicionais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação dos recursos compensatórios, serão encaminhados a Câmara Municipal no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do pedido, observados os prazos previstos neste artigo.

Art. 49 - As propostas de abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2023, serão submetidas ao Prefeito Municipal, acompanhadas de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre execução das atividades, projetos, operações especiais.

§ 1º A Lei Orçamentária Anual - LOA/2023 estabelecerá os limites para abertura de créditos adicionais suplementares por decreto do executivo, não inferiores a cinco por cento do montante da despesa estabelecida na LOA.

Art. 50 - Na abertura de créditos extraordinários, é vedada a criação de novos códigos e títulos para ações já existentes.

Art. 51 - Os Anexos dos créditos de que tratam os arts. 48 e 49 desta Lei, bem como dos créditos extraordinários, obedecerão à mesma formatação dos Quadros dos Créditos Orçamentários constantes da Lei Orçamentária de 2023.

Art. 52 - Caso o Projeto de Lei Orçamentária de 2023 não for aprovado pela Câmara de vereadores até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento de:

I - despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município;

II - outras despesas correntes de caráter inadiável; e

III - despesas de capital;

§ 1º - As despesas descritas nos incisos II e III deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei

§ 2º - Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 47 desta Lei aos recursos liberados na forma deste artigo.

§ 3º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o inciso II do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2022 para fins do cumprimento do disposto no art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000.

SEÇÃO V

Das Disposições sobre a Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 53 - O Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Finanças, em parceria com a Contadoria, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, especificado por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não-vinculadas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

§ 1º - A Câmara Municipal de Arenópolis deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

§ 2º - O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2023.

Art. 54 - No prazo previsto no § 2º do artigo anterior desta Lei, o Poder Executivo, sob a coordenação da Secretaria Municipal Finanças e Contadoria, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do art. 13 da Lei Complementar no 101/2000 - LRF.

Art. 55 - Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas, de acordo com liquidações realizadas, foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º - Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais – Metas Anuais desta lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 56 - As despesas com pessoal e encargos sociais para 2023 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e na legislação municipal em vigor.

Art. 57 - O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes na Lei Orçamentária de 2023, em categoria de programação específica, observado o limite do art. 20, inciso III, e o art. 21 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 58 - O Poder Legislativo, durante o exercício financeiro de 2023, de-

Art. 59 - O Poder Executivo, por intermédio do Departamento de Pessoal, publicará, até 31 de julho de 2022, a tabela de cargos efetivos, comissionados e contratados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais.

§ 1º - O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo mediante ato próprio de seu dirigente máximo.

§ 2º - Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de planos de carreiras dos servidores municipais serão incorporados à tabela referida neste artigo.

Art. 60 - Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de junho de 2022, projetada para o exercício financeiro de 2023, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, as alterações de planos de carreira e as admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, observado o contido no art. 37, II, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Para atender ao disposto no caput deste artigo serão observados os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, e na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 61 - No exercício financeiro de 2023, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 59 desta lei;

II - houver vacância, após 31 de julho de 2022, dos cargos ocupados, constantes da referida tabela;

III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa; e

IV - forem observados os limites previstos no art. 57 desta lei, ressalvado o disposto no art. 22, IV, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Parágrafo Único. Atendido o disposto neste artigo; no art. 169, § 1º, I, da Constituição Federal; e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, e ou para adequação dos Planos de Cargos, Carreiras e Salários às novas estruturas criadas através de Reforma Administrativa, casos em que poderá ser realizado a criação de cargos, empregos e funções, nos termos do artigo 169, § 1º inciso II.

Art. 62 - No exercício de 2023, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no art. 57 desta lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único. A autorização para a realização de serviço extraordinário no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito do Município ou daquele a quem essa autoridade a delegar.

Art. 63 - A proposta orçamentária assegurará no mínimo 0,10% (zero virgula dez por cento) da Receita Corrente Líquida prevista no orçamento anual para a capacitação e o desenvolvimento dos servidores municipais

Art. 64 - O disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 LRF aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou da validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;

II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente; ou

III - não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 65 - Fica dispensado o encaminhamento de projeto de lei para a concessão de vantagens já previstas na legislação.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 66 - Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do projeto de lei orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária, observadas as normas previstas na Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 67 - Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo INPC-IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.

Art. 68 - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e do exercício de 2023 terão desconto de até 20% (vinte por cento) do valor lançado para pagamento a vista, em cota única.

Art. 69 - Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2023 serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos pela Lei Municipal de Isenções e de Incentivo à Industrialização, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Art. 70 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 71 - As despesas com a dívida pública Municipal serão incluídas na Lei Orçamentária de 2023, em seus anexos, nas Leis de créditos adicionais e nos decretos de abertura de créditos suplementares, separadamente das demais despesas com o serviço da dívida.

Parágrafo único. Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida somente às operações contratadas até 30 de setembro de 2022.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 72 - As metas e prioridades constantes do PPA 2022-2025, previstas para 2023, não realizadas, poderão ser transpostas para 2024, conforme manifestação da sociedade em audiência pública prévia ao Projeto de Lei Orçamentária, e as necessidades futuras.

Art. 73 - As metas físicas e financeiras especificadas no Anexo I desta lei serão atualizadas quando da elaboração da proposta orçamentária para 2023, em conformidade com a Lei municipal que aprovará o PPA 2022-2025.

Art. 74 - Os valores das metas fiscais, anexos, devem ser considerados como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a aco-

modar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2023 ao Legislativo Municipal.

Art. 75 - Para os efeitos do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8.666/1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o art. 182, § 3º, da Constituição Federal; e

II - as despesas irrelevantes, conforme disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, são aquelas cujo valor não ultrapasse 80%, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 76 - Cabe à Secretaria Municipal de Administração e Finanças responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do projeto de lei orçamentária, de que trata esta Lei.

Parágrafo único. Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças determinará sobre:

I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;

II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos, Fundos; e

III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Art. 77 - A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.

Art. 78 - São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem o cumprimento dos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Parágrafo único. Serão registrados, no âmbito de cada órgão, todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 79 - Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere; e

II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 80 - A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, divulgará, no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, especificando-o por atividades, projetos e operações especiais, em cada unidade orçamentária contida no Orçamento Fiscal, bem como as demais normas para a execução orçamentária.

Art. 81 - Cabe à Controladoria-Geral do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta lei, em atendimento ao art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Art. 82 - As transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais, que atuarão como mandatárias do município para execução e fiscalização, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere.

§ 1º - As despesas administrativas decorrentes das transferências previstas no caput deste artigo poderão constar de categoria de programação específica ou correr à conta das dotações destinadas às respectivas transferências, podendo ser deduzidas do valor repassado ao conveniente, conforme cláusula prevista no correspondente instrumento.

§ 2º - A categoria de programação específica de que trata o § 1º deste artigo poderá ser suplementada, observados os limites estabelecidos no texto da lei orçamentária, para viabilizar o custeio das referidas despesas administrativas.

§ 3º - As instituições de que tratam o caput deste artigo deverão disponibilizar, na internet, informações relativas à execução física e financeira, inclusive identificação dos beneficiários de pagamentos à conta de cada convênio ou instrumento congêneres.

Art. 83 - Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante créditos adicionais suplementares e especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 84 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Arenópolis/MT, aos 11 dias do mês de agosto de 2022.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N° 1.607/2022

EMENTA: "Dispõe Sobre a Autorização de um Crédito Especial para Inclusão no PPA, LDO e LOA do exercício de 2022. e da Outras Providências".

EDERSON FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei autoriza a inclusão no Plano Plurianual- PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2022, atendendo o disposto nos artigos 167 inciso VI da Constituição Federal, e artigo 42 e 43 § 1º, inciso II da Lei Federal 4320/64, conforme discriminado:

ORGÃO: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	VALOR
UNIDADE: – 003- FMH-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
FUNÇÃO: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL	
SUB-FUNÇÃO: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	
PROGRAMA: 0017- CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL	
PROJETO ATIVIDADE: 1120 – Contribuição para Investimento- Unidade Habitacional – Conv.1677/2022	
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.41.00.00- Contribuições	1.125.000,00
Fonte: 1.701.0000	1.125.000,00
TOTAL	000,00

Art. 2º - Os Créditos autorizados no artigo 1º desta Lei, serão abertos através de Decretos específicos, indicando as unidades orçamentárias, os projetos e ou atividades, as naturezas de despesas, as fontes de recursos e os valores a serem alocados, utilizando-se como recurso o excesso de arrecadação do Convênio 1677/2022/MT PARTICIPAÇÕES E PROJETOS S.A –MT PAR.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Arenópolis/MT, aos 11 dias do mês de agosto de 2022.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

EMENTA: "Autoriza o Poder Executivo Municipal proceder a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 218.296,87 (duzentos e dezoito mil, duzentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos) do orçamento vigente e dá outras providências".

EDERSON FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, atendendo os dispostos nos artigos, 167, inciso VI da Constituição Federal, e artigo 42 e 43 da Lei Federal 4320/64, faz saber a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Autoriza o Poder Executivo Municipal nos termos dos artigos 42, e 43 § 1º, inciso III, da Lei Federal 4320/64, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento vigente no montante de **R\$218.296,87 (duzentos e dezoito mil, duzentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos)**, e também em atendimento ao inciso V e VI, do art. 167 da Constituição Federal, no orçamento vigente, conforme abaixo discriminado:

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	VALOR
UNIDADE: 002 – Departamento de Obras e Serviços Públicos	
FUNÇÃO: 15 – Urbanismo	
SUB-FUNÇÃO: 451 – Infraestrutura Urbana	
PROGRAMA: 0024 – Espaço Urbano, Estrutura, Humanizado e com Qualidade	
PROJETO ATIVIDADE: 1121 –Construção Praça São Mateus	
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51.00.00- Obras e Instalações	218.296,87
Total	218.296,87

Art. 2º- Os Créditos autorizados no artigo 1º desta Lei, serão abertos através de Decretos específicos, indicando as unidades orçamentárias, os projetos e ou atividades, as naturezas de despesas, as fontes de recursos e os valores a serem reduzidos por anulação de dotação conforme abaixo discriminado:

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES	VALOR
PROJETO ATIVIDADE: 1078- Construção,Ampliação,Reforma- Praças e Canteiros	
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51.00.00- Obras e Instalações	49.400,00
ORGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO	
PROJETO ATIVIDADE: 1005- Aquis.Veiculo para o Gabinete e suas Unidades	
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.42.00.00- Equipamento e Material Permanente	990,00
PROJETO ATIVIDADE: 1039- Aquis.Equip.Mat.Permanente p/ Controladoria	
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.42.00.00- Equipamento e Material Permanente	4.000,00
PROJETO ATIVIDADE: 2008- Manut. Ações da Controladoria Municipal	
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física 33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica 33.90.40.00.00- Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação- Pessoa Jurídica	999,00 3.990,00 2.990,00

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUN.TRANSPORTE, OBRAS E SERV.PUBLICOS	VALOR
PROJETO ATIVIDADE: 1041- Construção, Reforma de Pontes- Concreto e Madeira	
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51.00.00- Obras e Instalações	5.000,00
PROJETO ATIVIDADE: 1047- Aquis.Maq.Veic. e Equip.P/Setor de Transportes	
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52.00.00- Equipamento e Material Permanente	15.000,00
PROJETO ATIVIDADE: 1049- Construção de Estradas e Vias Públicas	
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.51.00.00- Obras e Instalações	3.500,00
PROJETO ATIVIDADE: 2080- Manutenção e Conservação de Pontes	
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.30.00.00- Material de Consumo 33.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Física 33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	2.900,00 2.900,00 2.900,00

Art. 1.º - EXONERAR a pedido, conforme requerimento, o servidor **Ade-
mir Batista de Souza**, matrícula nº 2728, ocupante do cargo temporário
de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura da
Prefeitura Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso, a partir de 01
de novembro de 2022.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revo-
gando as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso,
aos vinte e sete (27) dia do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte
e dois (2022).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO - CONCURSO DE
PROJETOS Nº 001/2022**

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da sua Comissão Es-
pecial de Julgamento, torna público, aos interessados, que o julgamento
do certame supracitado, com abertura de proposta no dia 19/10/2022 para
a Convocação de Organização de Sociedade Civil de Interesse Público –
OSCIP - visando a Celebração de Termo de Parceria com a Prefeitura Mu-
nicipal de Araputanga – MT, resultou vencedora a ISO BRASIL – INSTITU-
TO SOCIAL E ORGANIZACIONAL DO BRASIL, inscrita sob o CNPJ nº.
20.949.690/0001-37, que apresentou a proposta no valor global R\$ 1.156.
260,60 (um milhão e cento e cinquenta e seis mil e duzentos e sessenta
reais e sessenta centavos).

Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponí-
veis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga-MT, 27 de outubro de 2022.

Daiany Souza Lima

Presidente da Comissão

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2022**

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através da PREGOEIRA, torna
público aos interessados, que o julgamento do certame supracitado reali-
zado no dia 26/10/2022, cujo objeto é o Registro de preços para futura e
eventual Aquisição de Caminhão Caçamba Novo, em atendimento à de-
manda da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, por meio do
Convênio SUDECO nº 929828/2022 e de contrapartida com recursos pró-
prios, resultou vencedora a empresa:

TORINO MS COMERCIAL DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 27.
213.640/0001-36, totalizando o valor de R\$ 695.000,00.

Informa aos interessados que os autos do certame ficam desde já disponí-
veis para exame de quaisquer interessados.

Araputanga/MT, 27 de outubro de 2022.

Eliana Pains de Amorim

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
LEI MUNICIPAL Nº 1.626 ATE 1.628/2022**

LEI MUNICIPAL Nº 1.626/2022

**EMENTA: "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA INCLUSÃO DE
AÇÕES NO PPA E LDO DO EXERCÍCIO DE 2023. E DA OUTRAS PRO-
VIDÊNCIAS".**

O Senhor **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenópolis, Es-
tado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizado a Inclusão de ações no Anexo II do Plano Pluria-
nual 2022-2025, Lei Municipal nº 1527/2021 e LDO (Lei de Diretrizes Or-
çamentárias) Lei Municipal nº 1.606/2022, para o exercício de 2023, con-
forme abaixo discriminado:

ORGÃO: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura	VALOR
UNIDADE: 002- Unidades Escolares e Atendimento Pedagógico	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino Fundamental	
PROJETO ATIVIDADE: 1101 – Investimentos e Unidades Esco- lares – Salário Educação	86. 681,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura	VALOR
UNIDADE: 002- Unidades Escolares e Atendimento Pedagógico	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 365 – Educação Infantil	
PROJETO ATIVIDADE: 1102 – Investimentos e Unidades Esco- lares – Salário Educação	30. 000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura	VALOR
UNIDADE: 003- FUNDEB- Fundo Desenv Ensino Básico e Valo- riz Profissionais	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 365 – Educação Infantil	
PROJETO ATIVIDADE: 1105 – Investimentos Ensino Inf.Pré- Escola – Rec.FUNDEB	60. 000,00

ORGÃO: 11 – Secretaria Municipal de Desporto, Lazer e Turis- mo	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento Desporto e Lazer	
FUNÇÃO: 27 – Desporto e Lazer	
SUB-FUNÇÃO: 812 – Desporto Comunitário	
PROJETO ATIVIDADE: 1103 – Construção de Campo Society, Quadras de Areia	560. 000,00

ORGÃO: 11 – Secretaria Municipal de Desporto, Lazer e Tu- rismo	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento Desporto e Lazer	
FUNÇÃO: 27 – Desporto e Lazer	
SUB-FUNÇÃO: 812 – Desporto Comunitário	
PROJETO ATIVIDADE: 1104 – Iluminação Campo Moça Bo- nita	400. 000,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS, Estado de Ma-
to Grosso, aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e
vinte e dois.

ÉDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS - MT

LEI MUNICIPAL Nº 1.627/2022

**EMENTA: "DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA EXCLUSÃO DE
AÇÕES NO PPA E LDO DO EXERCÍCIO DE 2023. E DA OUTRAS PRO-
VIDÊNCIAS".**

O Senhor **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenópolis, Es-
tado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, faz saber
que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica autorizado a Exclusão de ações no Anexo II, do Plano Pluri-
anual 2022-2025, Lei Municipal nº 1527/2021 e LDO (Lei de Diretrizes Or-
çamentárias) Lei Municipal nº 1606/2022, para o exercício de 2023, con-
forme abaixo discriminado:

ORGÃO: 08 – Secretaria Mun. Transporte, Obras Serv.Publicos	VALOR
UNIDADE: 002- Departamento de Serviços Públicos	
FUNÇÃO: 15– Urbanismo	
SUB-FUNÇÃO: 452 – Serviços Urbanos	
PROJETO ATIVIDADE: 2069 – Implantação e Manutenção da Coleta Seletiva	5. 100,00

ORGÃO: 08 – Secretaria Mun. Transporte, Obras Serv.Publicos	VALOR
UNIDADE: 002- Departamento de Serviços Públicos	
FUNÇÃO: 15– Urbanismo	
SUB-FUNÇÃO: 452 – Serviços Urbanos	
PROJETO ATIVIDADE: 2078 – Instalação de Lixeiras e Containers nas Calçadas	20.400,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura	VALOR
UNIDADE: 003- FUNDEB- Fundo Desenv Ensino Básico e Valoriz Profissionais	
FUNÇÃO: 12 – Educação	
SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino Fundamental	
PROJETO ATIVIDADE: 1015 – Investimentos Ens.Inf.Pré Escola- Rec.FUNDEB 30%	8.160,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura	VALOR
UNIDADE: 004- Departamento de Cultura	
FUNÇÃO: 13 – Cultura	
SUB-FUNÇÃO: 392 – Difusão Cultural	
PROJETO ATIVIDADE: 2098 – Manutenção de Arena Cultural	5.100,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura	VALOR
UNIDADE: 004- Departamento de Cultura	
FUNÇÃO: 13 – Cultura	
SUB-FUNÇÃO: 392 – Difusão Cultural	
PROJETO ATIVIDADE: 2107 – Manutenção do Carnaval de Rua de Arenópolis	1.530,00

ORGÃO: 08 – Secretaria Mun. Transporte, Obras Serv.Publicos	VALOR
UNIDADE: 001- Departamento de Transportes, Estradas e Rodagens	
FUNÇÃO: 26– Transporte	
SUB-FUNÇÃO: 782 – Transporte Rodoviário	
PROJETO ATIVIDADE: 2091 – Manutenção de Estradas Vicinais	255.000,00

ORGÃO: 07 – Secretaria Mun. De Assistência Social	VALOR
UNIDADE: 001- FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social	
FUNÇÃO: 10– Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 244 – Assistência Comunitária	
PROJETO ATIVIDADE: 2101 – COVID- Ações Sociais Enfrentamento Coronavírus	5.100,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 001- FMS – Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10– Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
PROJETO ATIVIDADE: 2099 – COVID- Ações Média e Alta Complexidade - Coronavírus	5.100,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 001- FMS – Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10– Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	
PROJETO ATIVIDADE: 2100 – COVID- Ações Atenção Básica - Coronavírus	5.100,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois.

ÉDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÓPOLIS - MT

LEI MUNICIPAL Nº 1.628/2022

EMENTA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROCEDER A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 679.716,04 (SEISCENTOS E SETENTA E NOVE MIL, SETECENTOS E DEZESSEIS REAIS E QUATRO CENTAVOS) DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉDERSON FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenópolis, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e atendendo ao disposto no artigo 42 e 43 da lei Federal 4320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Arenópolis aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal nos termos dos artigos 42, e 43 § 1º, inciso III, da Lei Federal 4320/64, a abrir crédito adicional suplementar no orçamento, correspondendo ao montante de **R\$ 679.716,04** (seiscentos e setenta e nove mil, setecentos e dezesseis reais e quatro centavos), e também em atendimento ao inciso V e VI, do art. 167 da Constituição Federal, no orçamento vigente, conforme abaixo discriminado:

ORGÃO: 001 – Câmara Municipal de Vereadores de Arenópolis	VALOR
unidade: 001- Câmara Municipal de Vereadores	
PROJETO ATIVIDADE: 1001 – Aquisição de Equip. e Mat. Permanente p/Câmara	
ELEMENTO DE DESPESA: 44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente	2.000,00

ORGÃO: 001 – Câmara Municipal de Vereadores de Arenópolis	VALOR
unidade: 001- Câmara Municipal de Vereadores	
PROJETO ATIVIDADE: 2001 – Manut.das Atividades Legislativas	
ELEMENTO DE DESPESA: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas	85.571,04

ORGÃO: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura	VALOR
unidade: 001- Departamento de Gestão de Educação	
PROJETO ATIVIDADE: 2029– Manut. Departamento de Gestão Educacional	
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.40.00.00 – Serviço de Tecnologia de Informação – Pessoa Jurídica	21.480,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura	VALOR
unidade: 002- Unidades Escolares e Atendimento Pedagógico	
PROJETO ATIVIDADE: 2032– Manut.de Unidades Escolares de Ens. Pré Escola - 5%	
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura	VALOR
unidade: 003- Fundeb-Fundo Desenv.ensino Básico e Valorização Profissionais	
PROJETO ATIVIDADE: 2034 – Remuneração Profis .Ensino Fundamental – Fundeb 70%	
ELEMENTO DE DESPESA: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas	250.000,00
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais	59.000,00

ORGÃO: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura	VALOR
unidade: 003- Fundeb-Fundo Desenv.ensino Básico e Valorização Profissionais	
PROJETO ATIVIDADE: 2083 – Remuneração Profis .Ens.Creche – Fundeb 70%	
ELEMENTO DE DESPESA: 31.90.04.00.00 – Contratação por tempo determinado	30.000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
unidade: 001- FMS- Fundo Municipal de Saúde	
PROJETO ATIVIDADE: 2053 – Manutenção da Secretaria de Saúde	
ELEMENTO DE DESPESA: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas	5.000,00
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais	2.000,00
33.90.14.00.00 – Diárias Civil	27.000,00
33.90.30.00.00 – Material de Consumo	05,00
33.90.40.00.00 – Serviço de Tecnologia de Informação – Pessoa Jurídica	2.500,00
	1.000,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
unidade: 001- FMS- Fundo Municipal de Saúde	
PROJETO ATIVIDADE: 2056 – Manutenção das Unidades Básicas de Saúde	
ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica	85.525,00

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
unidade: 001- FMS- Fundo Municipal de Saúde	
PROJETO ATIVIDADE: 2060 – Manut. Atendimento dos Agentes Comunit. Em Saúde	
ELEMENTO DE DESPESA: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas	70.000,00
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais	10.000,00

§2º - Uma vez consumada a apreensão, a municipalidade passa, provisoriamente, a deter a guarda e responsabilidade sobre o animal. Portanto, será acrescido ao valor da multa uma diária no valor equivalente a um vigésimo (1/20) da UFPM, para animais de pequeno porte, e um décimo (1/10) da UFMP, para animais de grande porte, a fim de cobrir os custos daí advindos, como boa alimentação e abrigo propriamente ditos.

Se lê:

(...)

Art. 8º - As multas serão aplicadas nas seguintes condições e valores:

I - Revogado;

II - Para animais de grande porte, como bois, cavalos e assemelhados a multa diária será equivalente a três (03) UFPM, por cabeça.

§1º - No caso de reincidência de animais do mesmo proprietário, dentro do período de doze (12) meses, as multas serão aplicadas em dobro, sendo única dobra, independentemente do número de reincidências.

§2º - Uma vez consumada a apreensão, a municipalidade passa, provisoriamente, a deter a guarda e responsabilidade sobre o animal. Portanto, será acrescido ao valor da multa uma diária no valor equivalente a três (03) UFPM, cominado com no mínimo 01 (uma) diária, a fim de cobrir os custos daí advindos, como alimentação e abrigo propriamente ditos.

Art. 7º - Fica alterado o do art. 9º, da Lei Municipal nº 1.161, do ano de 2.013, conforme discriminado:

I - Onde se lê:

(...)

Art. 9º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Se lê:

(...)

Art. 9º - Os casos omissos desta Lei serão regulamentados através de Decreto Municipal, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 21 dias do mês de novembro de 2022.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 1.633 /2022

"Dispõe Sobre a Autorização para Inclusão de Ações no PPA e LDO do exercício de 2023, e da Outras Providências".

O Senhor **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º- Fica autorizado a Inclusão de ações no Anexo II do Plano Plurianual 2022-2025, Lei Municipal nº 1527/2021 e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) Lei Municipal nº 1606/2022, para o exercício de 2023, conforme abaixo discriminado:

ORGÃO: 06 – Secretaria Municipal de Saúde	VALOR
UNIDADE: 001- FMS – Fundo Municipal de Saúde	
FUNÇÃO: 10 – Saúde	
SUB-FUNÇÃO: 361 – Ensino Fundamental	
PROJETO ATIVIDADE: 2122 – Manutenção do Programa Saúde Bucal	1.097.950,00

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 21 dias do mês de novembro de 2022.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 1.634 /2022

EMENTA: "ALTERA AS METAS FINANCEIRAS DO ANEXO I DA LEI Nº 1527 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2021 – PLANO PLURIANUAL 2022/2025, VISANDO A COMPATIBILIDADE DE VALORES ENTRE À LDO E LOA DO EXERCÍCIO DE 2023".

O Exmo. Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica alterada a Lei Nº 1527 de 07 de dezembro de 2021 – Plano Plurianual 2022/2025, referente ao ano de 2023, conforme anexo I desta lei.

Art. 2º - Fica alterada as metas financeiras para o exercício 2023, dos Programas listados no Anexo I desta Lei, conforme definidas na planilha em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 21 dias do mês de novembro de 2022.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N.º 1.635 /2022

EMENTA: "ALTERA AS METAS FINANCEIRAS DA LEI Nº 1.606 DE 11 DE AGOSTO DE 2022 – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA - LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2023, VISANDO A COMPATIBILIDADE DE VALORES COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2023".

O Exmo. Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterado as metas financeiras do Anexo de Metas e Prioridades da Lei nº. 1.660 de 11 de agosto 2022 – Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2023, referente aos Programas, ficando os valores dos mesmos compatíveis com os Projetos Atividades da LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2023, conforme definidas no anexo I em anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 21 dias do mês de novembro de 2022.

EDERSON FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 1.636/2022

EMENTA: "Autoriza o poder executivo a fazer doação de bens móveis usados, do tipo telhas, as entidades específicas e dá outras providências".

O Exmo. Sr. **ÉDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal, Lei Federal 8.666/93 e a Lei Orgânica Municipal de Arenápolis - MT, faz saber que a Câmara Municipal Sancionou e ele Promulgou a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a doar 48 (quarenta e oito) unidades de telhas do tipo "eternitão" e 32 (trinta e dois) fragmentos, usados, recebidas do Poder Legislativo Municipal, conforme Ofício nº 148/

com a empresa HOSPITAL GERAL E MATERNIDADE ARAPUTANGA LT-DA, inscrita sob o CNPJ nº 14.961.171/0001-91.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando e as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, vinte e um (21) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e vinte e dois (2022).

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA – INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº. 025/2022**

O MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA – MT, através do Prefeito, Sr. Enilson de Araújo Rios, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Saúde e emissão de Parecer Jurídico favorável à contratação nas formas da lei apresentado pela Procuradoria Geral do Município no processo de Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços Médico-Hospitalares em Caráter Complementar, no período de 3 (três) meses, no valor total R\$ 990.165,00 (novecentos e noventa mil e cento e sessenta e cinco reais), do qual o valor mensal será de R\$ 330.055,00 (trezentos e trinta mil e cinquenta e cinco reais) para execução dos serviços, sendo que os pagamentos serão realizados mensalmente a contar da assinatura do contrato até o dia 24/03/2023, após a verificação dos serviços prestados e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposições em contrato próprio (a ser celebrado), onde formulou-se expediente de inexigibilidade de licitação, fulcrada no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal.

Araputanga - MT, 21 de dezembro de 2022.

Enilson de Araújo Rios

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

**PREFEITURA- CONTABILIDADE
LEI MUNICIPAL Nº 1.647/2022**

LEI MUNICIPAL Nº 1.647/2022

"Dispõe Sobre a Autorização para Inclusão de Ações no PPA e LDO do exercício de 2023. e da Outras Providências".

O Senhor **EDERSON FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º- Fica autorizado a Inclusão de ações no Anexo II do Plano Plurianual 2022-2025, Lei Municipal nº 1527/2021 e LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) Lei Municipal nº 1606/2022, para o exercício de 2023, conforme abaixo discriminado:

ORGÃO: 02 – Gabinete do Prefeito	VALOR
UNIDADE: 001- Gabinete do Prefeito	
FUNÇÃO: 04 – Administração	
SUB-FUNÇÃO: 122 – Administração Geral	
PROJETO ATIVIDADE: 2123 – Emenda Individual Impositiva - Emenda 09/2022	504.059,02

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, aos 21 dias do mês de dezembro de 2022.

EDERSON FIGUEIREDO

diariomunicipal.org/mt/amm • www.amm.org.br

**PREFEITURA- CONTABILIDADE
LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2022**

LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2022

DATA: 21 de dezembro de 2022.

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Arenápolis – MT, para o exercício financeiro de 2023."

EDERSON FIGUEIREDO, Prefeito Municipal de Arenápolis, estado de Mato Grosso, nos termos do artigo 165 da Constituição Federal e artigo 11, inciso VI da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Arenápolis, Estado de Mato Grosso, estima à receita bruta em **R\$ 62.415.031,00** (sessenta e dois milhões, quatrocentos e quinze mil e trinta e um reais) deduzindo-se da receita no montante de R\$ 4.562.100,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil e cem reais) destinada a composição do FUNDEB e previsão de isenções tributárias, restando a receita líquida no montante de **R\$ 57.852.931,00** (cinquenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e trinta e um reais), e fixa a despesa em valor igual de **R\$ 57.852.931,00** (cinquenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e trinta e um reais), para a Administração.

§1º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da Administração Direta, Poderes Legislativo e Executivo, será fixado em R\$ 57.852.931,00 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e trinta e um reais), assim discriminados:

a) Orçamento Fiscal será fixado em R\$ 7.541.971,00 (trinta e sete milhões, quinhentos e quarenta e um mil, novecentos e setenta e um reais).

b) Orçamento da Seguridade Social (Saúde e Assistência Social,) será fixado em R\$ 20.310.960,00 (vinte milhões, trezentos e dez mil e novecentos e sessenta reais).

§2º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2023, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício 2023, compreendendo:

**DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

Art. 2º - A Receita Orçamentária será realizada, mediante arrecadação de tributos, transferências e outras fontes de recursos, compreendendo receitas correntes e de capital, de acordo com a legislação vigente, e de acordo com as especificações a seguir:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA	VALORES
1-POR CATEGORIA ECONÔMICA	
1.0 RECEITAS CORRENTES	52.380.300,00
2.0 RECEITAS DE CAPITAL	10.034.731,00
9.0 DEDUÇÕES (-)	4.562.100,00
TOTAL	57.852.931,00
II- POR FONTES	
1.0 – RECEITAS CORRENTES	52.380.300,00
1.1 Receitas Tributárias	4.405.651,27
1.2 Receitas de Contribuições	900.000,00
1.3 Receitas Patrimoniais	345.000,00
1.7 Transferências Correntes	46.614.648,73
1.9 Outras Receitas Correntes	115.000,00
2.0 RECEITAS DE CAPITAL	10.034.731,00
2.2 Alienação de Bens	35.000,00
2.4 Transferências de Capital	9.635.437,60
DEDUÇÕES (-)	4.562.100,00
9.1 (-)Dedução de Receita Tributária	1.600,00
9.7 (-)Dedução para formação do FUNDEB	4.560.000,00



Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT

[Início](#) | [Consulta de Processos](#) | [Portal da transparência](#) | [Serviços contribuinte](#)

Início > Portal da transparência > Publicações

Horário de atendimento: De Segunda a Sexta das 07:00 às 13:00hrs
 Telefone: (65) 3343-1105
 Endereço: Avenida Prefeito Caio 642 - Vila Nova - Arenápolis - MT
<http://www.arenapolis.mt.gov.br>

Pesquisa...

Login

Assessibilidade

Publicações

Filtros

Grupo: LEI MUNICIPAL

Título: Todos os registros

Publicado de: 01/01/2022 a 06/12/2022

Pesquisar

Título	Publicação	Exercício	Data de referência	Anexo
LEI MUNICIPAL Nº 1.606.2022 - LDG 2023	15/08/2022	2022	11/08/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.607.2022 - CONVENIO 1677.2022. contribuição. IMPLANTAÇÃO DE 75 CASAS	15/08/2022	2022	11/08/2022 a 30/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.608.2022 - CONSTRUÇÃO PRAÇA SÃO MATEUS	15/08/2022	2022	11/08/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.584.2022 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - REAJUSTE	05/08/2022	2022	23/06/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.585.2022 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇA POLIESPORTIVA	05/08/2022	2022	23/06/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.586.2022 - CONSTRUÇÃO DE QUIOSQUE	05/08/2022	2022	23/06/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.587.2022 - CONSTRUÇÃO DE FESTA DO PEAO	05/08/2022	2022	23/06/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.588.2022 - PAVIMENTAÇÃO CONV. 1030.2022	05/08/2022	2022	23/06/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.589.2022 - SUPLENÇÃO DE VAGAS DE 05/07/2022 a 31/12/2022	05/08/2022	2022	23/06/2022 a 31/12/2022	Baixar

Página 4 de 10 (100 itens) 1 2 3 [4] 5 6 7 8 9 10

Sair

Pag Rub PMA 83

Publicações

Filtros

Grupo: LEI MUNICIPAL
 Todos os registros

Publicado de: 01/01/2022 a 06/12/2022

Perquisar

Título	Publicação	Exercício	Data de referência	Anexo
Grupo: LEI MUNICIPAL - (Continua na próxima página)				
LEI MUNICIPAL Nº 1.626.2022 - INCLUSÃO AÇÕES NO PPA E LDO 2023	23/11/2022	2022	27/10/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.627.2022 - EXCLUSÃO AÇÕES NO PPA E LDO 2023	23/11/2022	2022	27/10/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.628.2022 - ABERTURA DE CRÉDITO - DETALHADO	23/11/2022	2022	27/10/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.629.2022 - ABERTURA DE CRÉDITO - EXCESSO DE ARRECADUÇÃO	23/11/2022	2022	27/10/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.630.2022 - COMPLEMENTAR - CRIA CARGOS; ATRIBUI FUNÇÕES, ALTERA NOMENCLATURA E MAJORA NUMERO DE VAGAS	23/11/2022	2022	27/10/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.631.2022	23/11/2022	2022	21/11/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.632.2022	23/11/2022	2022	21/11/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.633.2022	23/11/2022	2022	21/11/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.634.2022	23/11/2022	2022	21/11/2022 a 31/12/2022	Baixar

Página 1 de 10 (100 Itens) [1] 2 3 4 5 6 7 8 9 10 [2]

Sair

Pag Rub
 PMA
 89
 89



Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT
 Horário de atendimento: De Segunda a Sexta das 07:00 às 13:00hrs
 Telefone: (65) 3343-1105
 Endereço: Avenida Prefeito Caio 642 - Vila Nova - Arenápolis - MT
<http://www.arenapolis.mt.gov.br>

Início - Portal da transparência > Publicações

Acessibilidade

Publicações

Filtros

Grupo: LEI MUNICIPAL

Título: Todos os registros

Publicado de: 01/01/2022 a 06/12/2022

Pesquisar

Titulo	Publicação	Exercício	Data de referência	Anexo
LEI MUNICIPAL Nº 1.633.2022	23/11/2022	2022	21/11/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.636.2022	23/11/2022	2022	21/11/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.637.2022	23/11/2022	2022	21/11/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.621.2022 - PERMUTA DE LOTES - PMA Vs. BENEDITO ROZA ALBOAS	21/10/2022	2022	06/10/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.622.2022 - APROVA O PLANO MUNICIPAL DA	21/10/2022	2022	20/10/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.623.2022 - ADITIVO CONV. 0314.2021 - AQUISIÇÃO VEIC. EDUCAÇÃO	21/10/2022	2022	20/10/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.624.2022 - DITIVO CONTRA PARTIDAS - AQUISIÇÃO VEIC. EDUCAÇÃO	21/10/2022	2022	20/10/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.625.2022 - ADITIVO DE VALOR - CONV. 104.2022	21/10/2022	2022	20/10/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.611.2022 - ABERTURA DE CREDITO - DETALHADO	21/09/2022	2022	25/08/2022 a 31/12/2022	Baixar
LEI MUNICIPAL Nº 1.609.2022 - DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO E APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIOS E DESENVOLVIMENTO DA PSICULTURA	21/09/2022	2022	15/08/2022 a 31/12/2022	Baixar

Página 2 de 10 (100 itens) 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Sair

Pçg
 Rub

RECURSOS HUMANOS

- LEI MUNICIPAL Nº 1.601.2022 - DISPÕE RETIFICAÇÃO DA LEI M. Nº 1546.22 /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.602.2022 - SUPLEMENTAÇÃO POR FONTE DE RECURSO-ACS E ENDEMIAS /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.603.2022 - RECURSO DE EMENDA- PAULO ARAÚJO /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.604.2022 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - CONVÊNIO 2088.2022 /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.605.2022 - ABERTURA DE CREDITO - DETALHADO /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.606.2022 - LDO 2023 1606/2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.607.2022 - CONVENIO 1677.2022. IMPLANTAÇÃO DE 75 CASAS 1607/2022 (1 documento) [Abrir Pasta](#)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.608.2022 - CONSTRUÇÃO PRAÇA SÃO MATEUS 1608/2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.609.2022 - DISPOE SOBRE A CRIAÇÃO E APLICAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIOS E DESENVOLVIMENTO DA PSICULTURA 1609/2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.610.2022 - CRÉDITO ESPECIAL - IMPLEMENTOS AGRICOLAS /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.611.2022 - ABERTURA DE CREDITO - DETALHADO /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.613.2022 - SUPLEMENTAÇÃO POR SUPERAVIT - FONTE 130 /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.612.2022 - SUPLEMENTAÇÃO POR SUPERAVIT -FONTE 115 /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.614.2022 - CONSTRUÇÃO PRAÇA SÃO MATEUS /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.615.2022 - REVOGA A LEI Nº 1.608.2022 (in totum) /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.616.2022 - REVOGA A LEI Nº 1.383.2019 E CRIA O COMTUR E O FUMTUR /2022 (1 documento)

Pag Rub PMA 80

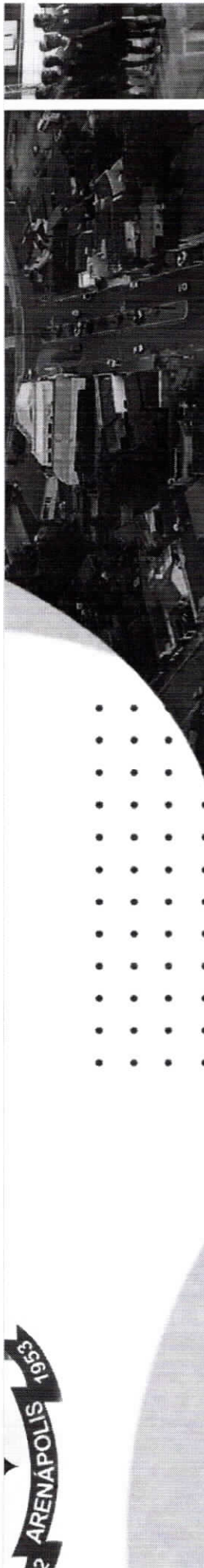
O que você procura?

- LEI MUNICIPAL Nº 1.631.2022 - DISPOE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI MUNICIPAL 1161.2013 1631/2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.632.2022 - RETIFICA A LEI MUNICIPAL Nº 1.576.2022 1632/2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.633.2022 - INCLUSÃO AÇÕES NO PPA E LDO 2023 1633/2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.634.2022 -COMPATIBILIDADE DO PPA COM A LOA 1634/2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.635.2022 - COMPATIBILIDADE DA LDO COM A LOA 1635/2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.636.2022 - DOAÇÃO DE TELHAS 1636/2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.637.2022 - AUTORIZA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO 1637/2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL Nº 1.638.2022 - SUPLEMENTAÇÃO 3% LEI M/2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL N.1626.2022-INCLUSÃO AÇÕES NO PPA E LDO 2023 /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL N.1627.2022-EXCLUSÃO AÇÕES NO PPA E LDO 2023 /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL N.1628.2022-ABERTURA DE CRÉDITO - DETALHADO /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL N.1629.2022-ABERTURA DE CRÉDITO - EXCESSO DE ARRECAÇÃO /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL N.1630.2022-COMPLEMENTAR - CRIA CARGOS; ATRIBUI FUNÇÕES, ALTERA NOMENCLATURA E MAJORA NÚMERO DE VAGAS EM C /2022 (1 documento)
- LEI MUNICIPAL N.1639.2022-DOAÇÃO DE LOTE PARA A EMPRESA - MM DOS SANTOS /2022 (1 documento)

Exibindo de 76 até 98 de 98 registros

Anterior 1 2 3 4 Proximo

Pag Rub PMA 87



INÍCIO

MUNICÍPIO

SECRETARIAS

SIC

OUIDORIA

IMPRESA

O que você procura?



PUBLICAÇÕES

Leis documentos publicados

» LEIS

» CONTAS PÚBLICAS

» CONTRATOS

» DECRETOS

» EDITAIS

» LDO

» LOA

» PLANOS DE AÇÕES

» PPA

» CONTROLADORIA

Ano de 2022

Ano de 2021

Ano de 2020

Ano de 2019

Mostrar 25 registros

Pesquisar:

LEI MUNICIPAL Nº 1.642.2022 - CRÉDITO ESPECIAL REVEILLON 2022 1642/2022 (1 documento)

LEI MUNICIPAL Nº 1.643.2022 - PARQUE DE EXPOSIÇÃO EXCESSO DE ARRECADÇÃO 1643/2022 (1 documento)

LEI MUNICIPAL Nº 1.644.2022 - PARQUE DE EXPOSIÇÃO SUPERAVIT 1644/2022 (1 documento)

LEI MUNICIPAL Nº 1.645.2022 - VAN REC LEILÃO 1645/2022 (1 documento)

LEI MUNICIPAL Nº 1.646.2022 - ALTERA DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL N 1564.2022 1646/2022 (1 documento)

LEI MUNICIPAL Nº 1.647.2022 INCLUSÃO AÇÕES NO PPA E LDO 2023 1647/2022 (1 documento)

LEI MUNICIPAL Nº 1.648.2022 -LOA- 2023 1648/2022 (1 documento)

Sub P. g PMA
4808



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS/MT
CNPJ: 24.977.654/0001-38



COMUNICADO DE PUBLICAÇÃO DOS ANEXOS DA LDO/2023

Comunicamos a equipe técnica do TCE/MT, que os anexos obrigatórios que acompanham a LDO de 2023 estão disponíveis no site no caminho SIC-CONTAS PÚBLICAS e porta transparência – Publicações, da Prefeitura municipal de Arenópolis, www.arenapolis.mt.gov.br. Atendendo o (art.37, Constituição Federal, art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Arenópolis, 29 de dezembro de 2022 .


MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA